

Após um ano de pesquisa sobre os projetos nacionais relativos à união civil entre pessoas do mesmo sexo (a saber, PL 1.151/95, PL 580/07, PL 4.914/09 e PL 5.167/09), a atual pesquisa preocupa-se em sair destes para ingressar nas práticas sociais dos sujeitos referidos nestes discursos. Assim, busca-se, através de entrevistas e de observações participantes nas rotinas cotidianas dos casais homoafetivos, compreender quais são as estratégias adotadas por estes para se estabelecerem perante suas redes – familiares, de amigos, de trabalho, etc – na construção de uma união que só possui respaldo legal através de processos jurídicos específicos e individualizados, por não haver uma legislação específica. Em particular, quer-se entender como documentos oficiais (que se referem à identidade conjugal e/ou à filiação dos filhos do casal) interagem na construção/(re)formulação de um “sentimento de si”, apoiado-se na literatura do grupo de pesquisa de Agnes Fine (Universidade de Toulouse). Enfoca-se assim a relação entre o Estado e os documentos pessoais na construção de determinadas subjetividades, e de determinadas visões de governo. A pesquisa encontra-se na fase intermediária, focando-se na realização de entrevistas com os casais (em conjunto e em separado) e de observações participantes do cotidiano dos mesmos quando possível.